36, inciso II, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 38.036, de 03 de março de 2017, e considerando o disposto na Portaria nº 104, de 10 de dezembro de 2019, RESOLVE:

Art. 1º Certificar a empresa IAP&C Instituto de Apoio Pedagógico & Cultural LTDA-ME, CNPJ: 10.293.548/0001-20, com sede no endereço: CLN (Comercial) 05, Bloco K, Lote 01, Lojas 02 e 03, Térreo, CEP: 71.805-531, Riacho Fundo I – DF, nos Termos da Portaria nº 104, de 10 de dezembro de 2019, da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal, para ministrar o curso de capacitação e qualificação, e o curso de atualização dos conhecimentos, de autorizatários e motoristas auxiliares do Serviço de Transporte Público Individual de Passageiros – Táxi e Táxi Adaptado.

Art. 2º A empresa certificada deve realizar os cursos em conformidade com o previsto nos Anexos I e II, da Portaria nº 104, de 10 de dezembro de 2019, podendo adicionar outros Módulos e Temas que sejam pertinentes as atividades dos taxistas no âmbito do Distrito Federal.

Art. 3º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO GROSSI DE SOUZA

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA

CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS

RESOLUÇÃO Nº 09, DE 02 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a concessão do registro em caráter provisório no Cadastro de Entes e Agentes Antidrogas do Distrito Federal em favor da entidade INSTITUTO RENOVO, CNPJ: 05.600.136/0001-56, CEAAD, nº. 08/2020, mantido pelo Conselho de Política Sobre Drogas do Distrito Federal (CONEN-DF), nos termos do art. 47 e art. 48, da Portaria nº. 17, de 05 de setembro de 2011, e Resolução nº 06, de 14 de abril de 2020, por um período de 6 (seis) meses.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS DO DISTRITO FEDERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais que lhe são conferidas e considerando o disposto no art. 47 e art. 48, da Portaria nº. 17, de 05 de setembro de 2011, considerando as competências do colegiado constantes do art. 12, do Decreto Distrital nº. 32.108, de 25 de agosto de 2010, bem como, o disposto na RDC nº. 29/2011 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, na Resolução nº 03, de 04/11/2009-CONEN/DF, e considerando a decisão do colegiado do Conselho de Políticas Sobre Drogas do Distrito Federal (CONEN-DF) na ocasião da 16ª Plenária Virtual e 5ª de 2020, ocorrida de 29/05/2020 a 01/06/2020 que acolheu o Relatório Técnico emitido pelo Grupo de Trabalho criado pela Ordem de Serviço nº. 21, de 05 de maio de 2020, publicada no DODF nº. 87, pág. 52, do dia 11/05/2020, conforme Processo SEI nº 00400-00019848/2020-89, resolve:

Art. 1º Conceder a entidade INSTITUTO RENOVO, CNPJ: 05.600.136/0001-56, o registro provisório no Cadastro de Entes e Agentes Antidrogas do Distrito Federal - CEAAD, nº. 08/2020, mantido pelo Conselho de Política Sobre Drogas do Distrito Federal (CONEN-DF), nos termos do art. 47 e art. 48, da Portaria nº. 17, de 05 de setembro de 2011, por um período de 6 (seis) meses, a contar da publicação desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TEODOLINA MARTINS PEREIRA

CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO ORDINÁRIA Nº 51, DE 02 DE JUNHO DE 2020

O CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO DISTRITO FEDERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL, órgão autônomo, paritário, deliberativo e controlador das ações de atendimento aos direitos da criança e do adolescente do Distrito Federal, criado por força da Lei nº. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), regido pela Lei Distrital nº 5.244, de 17 de dezembro de 2013, vinculado administrativamente à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, resolve:

Art. 1º Tornar público o projeto autorizado a captar recursos financeiros por intermédio do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – FDCA/DF, na modalidade chancela, de acordo com o Edital de Chamada Pública nº 18/2018, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF, nº 239, de 18 de dezembro de 2018:

PROCESSO	INSTITUIÇÃO	PROJETO
00400-00027737/2020-46	Casa Azul Felipe Augusto	Fortalecimento das Organizações Não Governamentais de Brasília em tempos de Coronavírus

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CORACY COELHO CHAVANTE
Presidente do Conselho

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

CONSELHO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 172ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Às nove horas do dia quatorze do mês de maio do ano de dois mil e vinte, em cumprimento ao Decreto nº 40.546 de 20 de março de 2020, foi aberta, por videoconferência, a Centésima Septuagésima Segunda Reunião Ordinária do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN, pela Secretária Executiva, Senhora Giselle Moll Mascarenhas, que neste ato substitui o Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, contando com a presença dos Conselheiros relacionados ao final desta Ata, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta a seguir transcrita: 1.1. Abertura dos trabalhos; 1.2. Verificação do quórum; 1.3. Informes do Presidente; 1.4. Apreciação e aprovação da Ata da 70ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 23/04/2020. 2. Processos para Deliberação: 2.1. Processo nº 00390-00009364/2017-47. Interessado: COPROJ/SEDUH. Assunto: Projeto de ajuste de locação dos Lotes SCLS 205 - Lote 35 e SCLS 206 - Lote 35, Asa Sul, Região Administrativa Plano Piloto RA I, consubstanciando no Projeto de Parcelamento do Solo – URB 072/2019. Relatores: Cláudio José Trinchão Santos – Membro Titular – Brasília Ambiental e Karine Karen Martins Santos Campos – Membro Suplente – Brasília Ambiental. 2.2. Processo nº 0030-006521/1999. Interessado: CÔDHAB. Assunto: Regularização QS 16 e CLS 16 – Região Administrativa do Riacho Fundo I – RA XVII. Relatores: Vitor Paulo Araújo dos Santos – Membro Titular – SERINS e Ademir Basílio Ferreira – Membro Titular – ASMRAR. 2.3. Processo nº 00390-0000306/2020-53 – Retirado de Pauta. Interessado: COPROJ/SEDUH. Assunto: Projeto de readequação do Lote III-A e ajuste de Sistema Viário Setor Bancário Norte – SBN – URB 017/2020 – Plano Piloto – RA I. Relator: Irving Martins Silveira – Membro Suplente – CREA. 3. Assuntos Gerais. 4. Encerramento. Passou imediatamente ao Item 1.1. Abertura dos trabalhos: A Secretária Executiva Giselle Moll abriu a sessão, cumprimentando a todos. Informou que o Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Mateus de Oliveira não participaria da reunião por motivos pessoais. Comunicou que o processo 00390-0000306/2020-53 constante do Subitem 2.3, não foi finalizado, e por isso retirado de pauta. Seguiu ao Subitem 1.2. Verificação do quórum: Verificado como suficiente. Prosseguiu ao Subitem 1.3. Informes do Presidente: Apresentou a Senhora Isabela Luna Soares Amorelli, nova chefe de gabinete da Secretaria. Informou e agradeceu a Subsecretária do Conjunto Urbanístico de Brasília – SCUB, Izabel Borges, pela doação do equipamento de plotagem. Agradeceu também a doação realizada à Secretaria pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ASBRACO, a Associação das Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal – ADEMI/DF e Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal – SINDUSCON - DF, no dia 24 de abril, de um lote de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e álcool em gel. Ressaltou que a doação possibilitou o retorno ao trabalho das equipes de topografia. Em relação ao Subitem 1.4. Apreciação e aprovação da Ata da 70ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 23/04/2020: Apontou um ajuste já retificado quanto ao título da apresentação sobre o VLT. Não havendo mais observações, a ata foi aprovada, por unanimidade. Deu seguimento a pauta, com a deliberação do Item e Subitem 2. Processos para Deliberação: 2.1. Processo nº 00390-00009364/2017-47 Interessado: COPROJ/SEDUH Assunto: Projeto de ajuste de locação dos Lotes SCLS 205 - Lote 35 e SCLS 206 - Lote 35, Asa Sul, Região Administrativa Plano Piloto RA I, consubstanciando no Projeto de Parcelamento do Solo – URB 072/2019. Relatores: Cláudio José Trinchão Santos – Membro Titular – Brasília Ambiental e Karine Karen Martins Santos Campos – Membro Suplente – Brasília Ambiental. A Senhora Eliane Pereira Victor Ribeiro Monteiro, Diretora de Parcelamento do Solo deu início a apresentação do processo. Fez um breve histórico da implantação dos lotes, na década de 60. Ressaltou que a mesma planta é válida para todas as quadras das 200, e sem a identificação imediata, a implantação do sistema viário e das redes causou interferências na área. Informou que a SEDUH realizou estudo denominado diretrizes para gerenciamento, com o intuito de executar os remanejamentos necessários, sendo aprovado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, em abril, do ano 2000. Comunicou que todas as consultas necessárias, na Companhia Energética de Brasília - CEB, Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP, foram realizadas. Expôs que a Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP informou que havia sido feito o remanejamento de determinadas redes, porém, a questão da legislação de acessibilidade não foi considerada, não atendendo as especificações exigidas em relação à questão das faixas de servidão que cada concessionária exige para a manutenção da rede, não sendo suficiente para resolução do problema. Explicitou que foi dada a anuência pelas concessionárias para o ponto de contato com a faixa de servidão, coordenando o posicionamento do lote, com o amparo da Legislação 4.164, alterada pela 6.134/2018, que permite o remanejamento no caso de interferências. O proprietário do lote 35 do SCLS 206 solicitou o remanejamento a partir da Notificação de Exigência 841/2016 – CAP/SEGETH, que comunica a necessidade de relocação no processo e que introduziu o processo na Procuradoria do Meio Ambiente, Patrimônio Urbanístico e Imobiliário e Saúde – PROMAI, sobre as providências recomendadas por aquela Especializada que informa que caso, aprovado o projeto de arquitetura está condicionada, entre outras exigências, ao remanejamento do lote. E que o Lote 35 do SCLS 205, embora não seja objeto de processo judicial, também foi remanejado pelo mesmo motivo de interferência com o sistema viário implantado. O projeto URB-MDE 072/2018 ajusta os lotes considerando o sistema viário implantado, as redes de infraestrutura e o projeto de arquitetura em aprovação (Processo 141.000.668/1993). Ainda que o projeto não altera a área dos lotes, nem suas confrontações e que os usos e demais parâmetros urbanísticos ficam mantidos conforme a norma vigente - Norma de Edificação e Gabarito -NGB 77/87. A Secretária Executiva, Giselle Moll informou que é uma situação recorrente das quadras 200 e que são lotes privados não pertencentes ao Governo do Distrito Federal, passando a palavra ao relator o Conselheiro Cláudio José Trinchão Santos, representante do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM, que fez a leitura do relatório. Afirmou que a SEDUH vem promovendo remanejamento dos lotes com o objetivo de resolver as interferências citadas, com a elaboração de um estudo intitulado: comerciais locais Norte/Sul do Plano Piloto de Brasília.

diretrizes para o gerenciamento e estabelece diretrizes urbanistas mínimas para o remanejamento. Quais sejam: afastamento mínimo de 3 metros da faixa notificante das superquadras, afastamento mínimo de 5 metros da marquise lateral dos blocos comerciais. Salientou que o referido estudo foi endossado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, conforme expressa o Parecer nº 040/00 de 10/04/2000, encaminhado por meio de Ofício nº 304-00. Informou que a Nota Técnica nº 04/2020 Coordenação de Projetos - COPROJ, informa que o interessado solicitou remanejamento a partir da notificação de exigência 841/2016 CAP, Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação - SEGETH, que comunica a necessidade de relocação, Processo 0429000252/2016, em razão de terem sido verificadas interferências da locação original com destino viário consolidado com o sistema de circulação de pedestres e com rede de infraestrutura urbana. Passando ao VOTO: Diante do exposto, nos termos propostos pela Nota Técnica N.º 4/2020 - SEDUH/COPROJ/DISOLO (38545798) e tendo como referência a documentação apensada ao processo 00390-00009364/2017-47 e, considerando que quanto aos trâmites ambientais o órgão ambiental deverá ser consultado, encaminho voto pela aprovação do projeto de ajuste de locação dos Lotes SCLS 205 - Lote 35 e SCLS 206 - Lote 35, Asa Sul, Região Administrativa Plano Piloto RA I, consubstanciando no Projeto de Parcelamento do Solo - URB 072/2018 (38545736) e no Memorial Descritivo - DE 072/2018 (38545553); em atendimento a Lei nº 6.134, de 16 de abril de 2018, uma vez que este projeto se compromete a atender às diretrizes e parâmetros estabelecidos nas legislações pertinentes e, atendida a recomendação realizada na 172ª Reunião Ordinária CONPLAN que, considerando o princípio da Economicidade e considerando os altos custos de ações corretivas: QUE o DF envide esforços prioritários para ampliar a ação do SITURB, com vistas a assegurar de fato o monitoramento da implantação dos sistemas e redes públicos, alinhado às normas e decisões do CONPLAN, de forma a assegurar a gestão pública robusta e sustentável, orientada a resultados e baseada em evidências. Prosseguiu com a apresentação de informações técnicas do processo a Relatora e Conselheira Karine Karen Martins Santos Campos, representante do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM, informou que foi feita a incorporação do Zoneamento Ecológico Econômico e inserida a sugestão de que este instrumento seja considerado quando forem elaborados os memoriais descritivos e projetos arquitetônicos, por se tratar de um instrumento de gestão ambiental. O Conselheiro Ricardo Trevisan, representante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília - FAU-UnB, externou preocupação do ajuste forçado do lote localizado na Entrequadra 206/205, com o sufocamento do equipamento em relação à paisagem do local, impacto no fluxo de pedestres e na circulação de bicicletas. Questionou quanto a real necessidade de implantação dos lotes. A Conselheira Maria Sílvia Rossi, representante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal - SEMA/DF, agradeceu as colocações feitas sobre a introdução do ZEE no processo. afirmou que o ZEE traz vários incisos em relação à necessidade da modernização do marco legal, afirmando que as decisões tomadas na gestão tem sido pouco efetivas na fase de implantação, posterior ao planejamento, ressaltou a falta de integração estratégica na avaliação dos processos. Endossou os pontos levantados em relação ao impacto das decisões para a cidade, em especial quanto a supressão de vegetação. Apontou a possibilidade de utilização do Sistema de Informações Territoriais e Urbanas do DF - SITURB, voltado para articular a infraestrutura de bases espaciais do DF, questionando como a SEDUH envidará esforços para reorientar e ampliar a potência do SITURB, observando a efetiva implantação das decisões tomadas em diversas instâncias. O Relator Conselheiro Cláudio José Trinchão Santos declarou que a recomendação foi acolhida, solicitando o encaminhamento da redação para incorporação ao texto. O Conselheiro Paulo Roberto de Moraes Muniz, representante da Associação das Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal - ADEMI/DF, pontuou sobre o desenvolvimento dos projetos que respeitam o plano urbanístico da cidade, externando preocupação com propostas de projetos que fomentam a indústria da invasão e ilegalidade. Em relação às questões apontadas sobre a paisagem urbana, a Senhora Anamaria de Aragão Costa Martins, coordenadora de Projetos COPROJ/SEDUH informou que o ajuste da área foi feito mantendo a visão sistêmica, afirmou que trataram toda a questão da mobilidade, de acordo a infraestrutura de circulação já implantada no local, promovendo a preservação de 25 espécies arbóreas presentes na área. Complementou que há o entendimento que os lotes são um passivo na legislação urbanística e na reserva fundiária da cidade, e por estarem vendidos, quaisquer ações de eliminação dos lotes vem acompanhado do processo de desapropriação, que do ponto de vista do erário é um processo prejudicial neste momento. No que diz respeito às questões relativas ao SITURB, salientou que está disponível rede que permitem identificar com precisão a posição de árvores, possibilitando uma avaliação de todos os espaços com continuidade que possam desempenhar uma função ambiental. Explicitou que o objetivo fundamental dos ajustes nos projetos é para constituir uma malha urbana em que, tanto as questões de acessibilidade, de mobilidade urbana, como os aspectos fundamentais do tombamento sejam preservados, respeitando as normativas que são fundamentais na questão do tombamento, reiterou que não há nenhuma documentação que indique a necessidade de eliminação dos lotes. Evidenciou que os instrumentos de planejamento, como o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília - PPCUB, devem fazer as discussões necessárias sobre revisões e avaliações da normativa existente. A Conselheira Carolina Baima Cavalcanti, representante do Instituto de Arquitetura do Brasil - IAB/DF, endossou o posicionamento do Senhor Ricardo Trevisan, reiterou a necessidade de haver um instrumento de planejamento do conjunto urbanístico para definir questões de paisagem e ocupação, com uma ótica de planejamento, a partir do interesse público. O Conselheiro Ricardo Trevisan corroborou com a colocação feita pela representante do IAB. Destacou a importância de manter uma visão ampla dos processos, sugerindo a inserção de uma perspectiva dos edifícios a serem construídos na paisagem. Externou não ser contrário à existência dos lotes, reiterou que seja colocado questões de impacto na paisagem no próximo Plano Diretor do Distrito Federal. A Secretária Executiva, Giselle Moll informou que a equipe da Secretaria fez o estudo ambiental, entretanto, em relação às normas de edificação e gabarito do lote, afirmou que não houve alteração por não ser o objeto do projeto. A Conselheira Maria Sílvia Rossi reiterou a necessidade de desenvolver definições baseadas em evidências e orientadas em resultados para dar celeridade nas análises dos processos, assim como a resolução de passivos em

bloco, com a qualificação de instrumentos como o SITURB. A Secretária Executiva Giselle Moll sugeriu que o assunto fosse deliberado no item de informes gerais, para prosseguir a votação do processo em análise. Expressou que a recomendação referente ao monitoramento não se ateria apenas ao projeto em questão, não devendo constar no relatório, sugeriu que fosse objeto de uma moção ou de um registro em ata. Ato contínuo colocou em regime de votação o Processo de nº 00390-00009364/2017-47, que trata do projeto de ajuste de locação dos lotes SCLS 205 lote 35 e SCLS 206 lote 35 Asa Sul, Região Administrativa do Plano Piloto, RA I, consubstanciando no projeto de parcelamento do solo URB-072/2018, onde os relatores, Presidente do IBRAM Cláudio José Trinchão e a Conselheira Karine Karen Martins Campos, com o acréscimo da recomendação efetuada pela Conselheira Maria Sílvia Rossi da SEMA. VOTAÇÃO: Com 25 (vinte e cinco) votos favoráveis, 2 (dois) votos contrários, em nome dos Conselheiros Ricardo Trevisan, representante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU-UnB, e da Conselheira Carolina Baima Cavalcanti, representante do Instituto de Arquitetura do Brasil - IAB-DF, 1 (um) voto de abstenção em nome do Conselheiro Pedro de Almeida Grilo, representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal - CAU-DF, a proposta foi aprovada. A Secretária Executiva, Giselle Moll declarou aprovado o projeto referente ao processo supracitado. Seguiu ao Subitem 2.2. Processo nº 0030-006521/1999 Interessado: CODHAB Assunto: Regularização QS 16 e CLS 16 - Região Administrativa do Riacho Fundo I - RA XVII Relatores: Vitor Paulo Araújo dos Santos - Membro Titular - SERINS e Ademir Basílio Ferreira - Membro Titular - ASMORAR: O Conselheiro e Relator Vitor Paulo Araújo dos Santos, representante da Secretaria de Estado de Relações Institucionais do Distrito Federal - SERINS cumprimentou ao Conselheiro relator Ademir Basílio Ferreira, representante da Associação Projeto Mulher, Inquilinos e Moradores - ASMORAR, pelo auxílio na conclusão do relatório. O Senhor Leonardo Firme, Diretor DIREG/CODHAB informou que o projeto foi desenvolvido pela equipe da Diretoria de Regularização - DIREG da Companhia de Desenvolvimento Habitacional - CODHAB, seguindo para apresentação do processo de desenvolvimento do projeto, que seria feita pela Arquiteta a Senhora Rafaella Sampaio. Se colocou à disposição para sanear e esclarecer dúvidas. A Senhora Rafaella Sampaio, DIREG/CODHAB deu início a apresentação. Expôs que o projeto foi elaborado em função do Art. 127 do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT, que estabelece que o núcleo urbano do Riacho Fundo I é uma área de interesse social. Fez um breve histórico do projeto. Mantendo a densidade baixa para a área, com acréscimo na população, terá 17,55 habitantes por hectare. Na questão ambiental, afirmou que o IBRAM emitiu licença de operação com validade de quatro anos, a contar de dezembro de 2019. Estando a área localizada de acordo com o Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE, na subzona de dinamização produtiva, sendo realizada consultas às concessionárias para manutenção do atendimento na área em questão. Em resposta, a CAESB informou que já possui rede de abastecimento de água e de esgoto, havendo uma interferência no sistema de água, com remanejamento viável. A NOVACAP comunicou que possui condição física de drenagem e pavimentação da área, e a CEB declarou que existe interferência com a rede aérea na área, com possível remanejamento. Indicou que o Serviço de Limpeza Urbana - SLU já realiza coleta de resíduo comum na área, não havendo impacto significativo com a aprovação do projeto. Com relação ao sistema viário, há a proposição de utilização de vias locais já existentes, conectada a Avenida Sucupira. Apresentou o endereçamento dos lotes. Os usos utilizados respeitaram o existente na cidade atualmente, feito de acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo - LUOS, assim como os parâmetros, sendo os mesmos utilizados para o restante da Região Administrativa. O Senhor Leonardo Firme afirmou se tratar de um projeto prioritário para o Governador. A Secretária Executiva, Giselle Moll questionou o motivo de priorizar a apreciação do processo, após anos de ocupação da área solicitando esclarecimento. A Senhora Rosemay Pimentel, Chefe da Unidade de Regularização da SEDUH informou que após resolução dos problemas fundiários, priorizaram os moradores de baixa renda da área, que já eram atendidos por programas de interesse social, e em parceria com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB/DF, desenvolveram projeto para análise e aprovação, possibilitando a regularização no local, que está consolidada há anos. O Conselheiro Vitor Paulo Araújo dos Santos registrou o apoio de toda a equipe da CODHAB, sobre a coordenação do Presidente Wellington Luiz de Souza Silva, assim como o auxílio prestado pelo Conselheiro Ademir Basílio Ferreira. Informou que estiveram in loco, para reconhecimento da situação apresentada no projeto. Prosseguiu a apresentação do relatório técnico. Em seguida, passou a leitura do VOTO: Pelas razões expostas nesse relatório, compartilhado com o nobre Conselheiro Ademir, votamos no sentido que seja aprovado o Projeto Urbanístico de área ocupada preliminar referente à regularização das quadras QS e CL 16, localizado na Região Administrativa do Riacho Fundo I RA XVII, pela CODHAB, consubstanciando na URB 38510688, MDE 38525901, NGB 38510911, na qual possui requisito necessário para atender as normas vigentes para o prosseguimento de seu processo de regularização, visando dar continuidade ao desenvolvimento do projeto executivo. Esse é o voto do relator, Vitor Paulo Araújo dos Santos, e o nobre Conselheiro titular da ASMORAR, Ademir Basílio Ferreira. A Senhora Rosana Lúcia Alves de Souza, Chefe de Gabinete da Administração do Riacho Fundo I, representando a administradora, Senhora Ana Lúcia Melo, agradeceu ao Secretário Vitor Paulo Araújo dos Santos, estendendo os agradecimentos a todos os Conselheiros do CONPLAN, e também ao Presidente da CODHAB, Senhor Wellington Luiz de Souza Silva. afirmou que o projeto que trata da questão fundiária da QS 16 é de grande importância para a cidade, e sua aprovação trata dignidade às famílias que esperam há 20 anos, pela regularização. A Secretária Executiva, Giselle Moll transmitiu a solicitação feita pelo Senhor Ademir Basílio Ferreira, para realização de uma reunião para tratar de assuntos habitacionais. Em resposta, afirmou que a reunião será agendada. A Conselheira Carolina Baima Cavalcanti apontou na linha 42 e 43 do relato, a correção da Lei que trata do marco regulatório da regularização fundiária, justificando que foi revogada. A Secretária Executiva, Giselle Moll colocou o processo de nº 0030-006521/1999 em regime de votação. A Conselheira Maria Sílvia Rossi registrou que a unidade hidrográfica do Riacho Fundo, que constitui a área do ZEE, mantém uma peculiaridade, que os tributários na unidade hidrográfica alimentam o Lago Paranoá, destacando que é de fundamental importância que o tratamento dos efluentes e o controle do esgotamento sanitário seja feito de forma minuciosa, assim como a estratégia de drenagem a ser adotada, evitando o comprometimento do Lago Paranoá. O Conselheiro Ademir Basílio Ferreira - ASMORAR agradeceu a todos os Conselheiros, e também aos representantes da RA do Riacho Fundo. Registrou o encaminhamento de documentação, solicitando que seja discutido em videoconferência a composição de uma pauta para tratar de habitação de interesse social, rememorou que foram encaminhados ofícios na

tentativa de dirimir o impasse do convênio com as associações e cooperativas, na 214. Solicitando auxílio da Secretária Executiva Giselle Moll para resolução da questão. VOTAÇÃO: Com 25 (vinte e cinco) votos favoráveis, 1 (um) voto de abstenção do Conselheiro Dionyzio Antonio Martins Klavdianos – representante titular do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal – SINDUSCON/DF por declarar não ter participado dos debates e nenhum voto contrário, a proposta foi aprovada. A Secretária Executiva, Giselle Moll comunicou que o diretor da CODHAB, Senhor Leonardo Firme, estava presente na reunião, porém, ainda não havia sido efetivado como membro suplente, portanto, sem direito a voto. Considerou aprovado o projeto de regularização da QS 16 e CLS 16 do Riacho Fundo I - RA XVII. Seguiu para o Item 3. Assuntos Gerais: A Secretária Executiva, Giselle Moll Mascarenhas informou que nas próximas semanas seria lançada a versão 3 do GeoPortal, contendo mais funcionalidades. Comunicou que no dia 28, será realizada reunião extraordinária do CONPLAN para apresentação do Projeto de Lei Complementar - PLC, dos loteamentos fechados, e posteriormente a proposta de revitalização da W3. O Conselheiro Pêrsio Marco Antônio Davison, representante da Associação Civil Rodas da Paz, externou satisfação com a condução das últimas reuniões, mantendo a qualificação da pauta, propiciando um debate produtivo sobre questões mais amplas necessárias. Informou que está instituindo, em Brasília, uma rede de promoção da mobilidade sustentável e do transporte limpo, que tem o objetivo de reunir conhecimento científico, instrumentos jurídicos e a questão da cidadania como elementos indispensáveis e complementares para a apreciação do tema da mobilidade. Científico aos participantes da reunião, sobre o trabalho desenvolvido por série de pessoas, que resultou na elaboração de uma carta encaminhada ao Governo do Distrito Federal, chamada Carta Aberta pela Mobilidade mais Humana e Sustentável no Distrito Federal, composta por uma série de medidas para o transporte e a mobilidade na cidade, com a pretensão de fornecer insumos para um debate de contextualização do espaço urbano e da mobilidade, com questões relacionadas também à pandemia. O Conselheiro Ovídio Maia Filho, representante da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal - Fecomércio-DF, parabenizou pela condução dos trabalhos. Pontuou o problema existente no Octogonal 3, para justificar a necessidade haver segurança jurídica, respeitando o plano urbanístico do Distrito Federal. O Conselheiro Ademir Basílio Ferreira solicitou o envio do Ofício nº 1408/20, encaminhado pelo Senhor Mateus Azevedo à DIHAB/SUPLAN, a respeito dos 54 lotes do Riacho Fundo II. Ao que a Secretária Executiva, Giselle Moll Mascarenhas respondeu que faria o encaminhamento. Agradeceu nominalmente a todos os participantes da reunião. Cedeu a palavra para a Senhora Isabela Luna Soares Amorelli que fez um agradecimento geral, se colocando à disposição para recebimento de demandas. Por fim, destacou o papel fundamental do CONPLAN nas tomadas de decisões. Prosseguiu ao Item 4. Encerramento: A Centésima Septuagésima Segunda Reunião Ordinária do CONPLAN foi encerrada pela Secretária Executiva, Presidente substituta em exercício Giselle Moll Mascarenhas, agradecendo a presença de todos.

GISELLE MOLL MASCARENHAS, Secretária Executiva, Presidente substituta em exercício; THIAGO VINÍCIUS PINHEIRO DA SILVA, Suplente – CACI; VÍTOR PAULO ARAÚJO DOS SANTOS, Titular – SERINS; RUCHELE ESTEVES BIMBATO, Suplente – SEEC; VILMAR ANGELO RODRIGUES, Suplente – SEAGRI; MARIA SILVIA ROSSI, Suplente – SEMA; JANAÍNA DE OLIVEIRA CHAGAS, Suplente – SO; MARCIO FARIA JUNIOR, Suplente – SDE; LUIZ FELIPE CARDOSO DE CARVALHO, Suplente – SEMOB; BARTOLOMEU RODRIGUES DA SILVA, Titular – SECEC; IZIDIO SANTOS JUNIOR, Titular – TERRACAP; HAMILTON LOURENÇO FILHO, Suplente – TERRACAP; JEANSLEY CHARLLES DE LIMA, Titular – CODEPLAN; GUTEMBERG TOSATTE GOMES, Titular – DF LEGAL; KARINE KAREN MARTINS SANTOS CAMPOS, Suplente – IBRAM; PÉRSIO MARCO ANTONIO DAVISON, Titular – RODAS DA PAZ; JOSÉ ROBERTO GOMES DA SILVA, Titular – ASMUVIRF; PEDRO DE ALMEIDA GRILO, Titular – CAU/DF; RICARDO TREVISAN, Titular – FAU/UnB; IRVING MARTINS SILVEIRA, Suplente – CREA/DF; DIONYZIO ANTONIO MARTINS KLAVDIANOS, Titular – SINDUSCON/DF; PAULO ROBERTO DE MORAIS MUNIZ, Suplente – ADEMI/DF; OVIDIO MAIA FILHO, Suplente – FECOMERCIO; GEOVANI MULLER, Titular – SRDF; ALESSANDRA ALVES LOPES, Titular – OCDF; JÚNIA MARIA BITTENCOURT ALVES DE LIMA, Titular – UNICA/DF; CAROLINA BAIMA CAVALCANTI, Titular – IAB/DF; ADEMIR BASÍLIO FERREIRA, Titular – ASMORAR; TARCÍZIO DINOÁ MEDEIROS, Suplente – IHG. Ata aprovada na 71ª Reunião Extraordinária realizada no dia 28 de maio de 2020, por videoconferência.

MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado
Presidente em Exercício

DECISÃO Nº 09/2020 - 71ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

O Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 889, de 24 de julho de 2014, bem como o Decreto nº 35.771, de 12 de setembro de 2014, a Portaria nº 75, de 14 de outubro de 2014 e Portaria nº 48, de 22 de julho de 2015, que dispõe sobre o Regimento Interno, combinado com o Decreto nº 39.706, de 11 de março de 2019, concomitante ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT/2009, Lei Complementar nº 854/2012, e em cumprimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 40.546, de 20 de março de 2020, em sua 71ª Reunião Extraordinária, via videoconferência, realizada em 28 de maio de 2020, DECIDE:

Processo SEI nº 0392-00008958/2019-46

Interessado: Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB
Assunto: Projeto de Regularização das Áreas Intersticiais (becos) de Brasília, localizados na Região Administrativa de Brazlândia – RA IV.

Relatora: Ruchele Esteves Bimbato - SEEC

1. APROVAR, relato e voto, consignado no Processo nº 0392-00008958/2019-46 que trata do Projeto Urbanístico de Regularização das Áreas Intersticiais (becos) de Brasília, localizados na Região Administrativa de Brazlândia – RA IV, Memorial Descritivo - MDE 112/2019 (39314005), nas Normas de Edificação, Uso e Gabarito – NGB 112/2019 (38764886), e Projeto de Urbanismo – URB 112/2019 (387664081) e no Parecer Técnico nº 56/2020-SEDUH/SUPAR/UREG/CORAIS e Adendo nº Errata - Parecer Técnico nº 56/2020 - UREG/CORAIS/2020.

2. Dessa forma, por unanimidade, registra-se a votação do Colegiado com 29 (vinte e nove) votos favoráveis.

MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA, Secretário de Estado, Presidente em Exercício; GISELLE MOLL MASCARENHAS, Suplente – SEDUH; THIAGO VINÍCIUS PINHEIRO SILVA, Suplente – CACI; RUCHELE ESTEVES BIMBATO, Suplente – SEEC; VÍTOR PAULO ARAÚJO DOS SANTOS, Titular – SERINS; VILMAR ANGELO RODRIGUES, Suplente – SEAGRI; MARCIO FARIA JUNIOR, Suplente – SDE; JANAÍNA DE OLIVEIRA CHAGAS, Suplente – SO; LUIZ FELIPE CARDOSO DE CARVALHO, Suplente – SEMOB; BARTOLOMEU RODRIGUES DA SILVA, Titular – SECEC; HAMILTON LOURENÇO FILHO, Suplente – TERRACAP; WELLINGTON LUIZ DE SOUZA SILVA, Titular – CODHAB; JEANSLEY CHARLLES DE LIMA, Titular – CODEPLAN; GUTEMBERG TOSATTE GOMES, Titular – DF LEGAL; KARINE KAREN MARTINS SANTOS CAMPOS, Suplente – IBRAM; PÉRSIO MARCO ANTONIO DAVISON, Titular – RODAS DA PAZ; JOSÉ ROBERTO GOMES DA SILVA, Titular – ASMUVIRF; RICARDO TREVISAN, Titular – FAU/UnB; PEDRO DE ALMEIDA GRILO, Titular – CAU/DF; IRVING MARTINS SILVEIRA, Suplente – CREA/DF; DIONYZIO ANTONIO MARTINS KLAVDIANOS, Titular – SINDUSCON/DF; PAULO ROBERTO DE MORAIS MUNIZ, Suplente – ADEMI/DF; OVIDIO MAIA FILHO, Suplente – FECOMERCIO; GEOVANI MULLER, Titular – SRDF; ALESSANDRA ALVES LOPES, Titular – OCDF; JÚNIA MARIA BITTENCOURT ALVES DE LIMA, Titular – UNICA/DF; CAROLINA BAIMA CAVALCANTI, Titular – IAB/DF; RONILDO DIVINO DE MENEZES, Titular – FNE; ADEMIR BASÍLIO FERREIRA, Titular – ASMORAR; TARCÍZIO DINOÁ MEDEIROS, Suplente – IHG/DF.

MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado
Presidente em exercício

DECISÃO Nº 10/2020 - 71ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

O Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 889, de 24 de julho de 2014, bem como o Decreto nº 35.771, de 12 de setembro de 2014, a Portaria nº 75, de 14 de outubro de 2014 e Portaria nº 48, de 22 de julho de 2015, que dispõe sobre o Regimento Interno, combinado com o Decreto nº 39.706, de 11 de março de 2019, concomitante ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT/2009, Lei Complementar nº 854/2012, e em cumprimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 40.546, de 20 de março de 2020, em sua 71ª Reunião Extraordinária, via videoconferência, realizada em 28 de maio de 2020, DECIDE:

Processo SEI nº 00392-00010497/2019-71

Interessado: Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB

Assunto: Projeto Urbanístico de Regularização da Quadra QNJ 49, localizada na Região Administrativa de Taguatinga – RA III

Relator: Ademir Basílio Ferreira – ASMORAR

1. APROVAR, relato e voto, consignado no Processo nº 00392-00010497/2019 - 71 que trata do Projeto Urbanístico de Regularização das Quadras QNJ 49, localizada na Região Administrativa de Taguatinga – RA XIII, elaborado pela CODHAB, URB 111/2019 (38790193), MDE 111/2019 (38790219), NGB 111/2019 (38790260), possui os requisitos necessários para o prosseguimento de seu processo de regularização, visando dar continuidade ao desenvolvimento do Projeto Urbanístico Executivo.

2. Dessa forma, por unanimidade, registra-se a votação do Colegiado com 29 (vinte e nove) votos favoráveis.

MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA, Secretário de Estado, Presidente em Exercício; GISELLE MOLL MASCARENHAS, Suplente – SEDUH; THIAGO VINÍCIUS PINHEIRO SILVA, Suplente – CACI; RUCHELE ESTEVES BIMBATO, Suplente – SEEC; VÍTOR PAULO ARAÚJO DOS SANTOS, Titular – SERINS; VILMAR ANGELO RODRIGUES, Suplente – SEAGRI; MARCIO FARIA JUNIOR, Suplente – SDE; JANAÍNA DE OLIVEIRA CHAGAS, Suplente – SO; LUIZ FELIPE CARDOSO DE CARVALHO, Suplente – SEMOB; BARTOLOMEU RODRIGUES DA SILVA, Titular – SECEC; HAMILTON LOURENÇO FILHO, Suplente – TERRACAP; WELLINGTON LUIZ DE SOUZA SILVA, Titular – CODHAB; JEANSLEY CHARLLES DE LIMA, Titular – CODEPLAN; GUTEMBERG TOSATTE GOMES, Titular – DF LEGAL; KARINE KAREN MARTINS SANTOS CAMPOS, Suplente – IBRAM; PÉRSIO MARCO ANTONIO DAVISON, Titular – RODAS DA PAZ; JOSÉ ROBERTO GOMES DA SILVA, Titular – ASMUVIRF; RICARDO TREVISAN, Titular – FAU/UnB; PEDRO DE ALMEIDA GRILO, Titular – CAU/DF; IRVING MARTINS SILVEIRA, Suplente – CREA/DF; DIONYZIO ANTONIO MARTINS KLAVDIANOS, Titular – SINDUSCON/DF; PAULO ROBERTO DE MORAIS MUNIZ, Suplente – ADEMI/DF; OVIDIO MAIA FILHO, Suplente – FECOMERCIO; GEOVANI MULLER, Titular – SRDF; ALESSANDRA ALVES LOPES, Titular – OCDF; JÚNIA MARIA BITTENCOURT ALVES DE LIMA, Titular – UNICA/DF; CAROLINA BAIMA CAVALCANTI, Titular – IAB/DF; RONILDO DIVINO DE MENEZES, Titular – FNE; ADEMIR BASÍLIO FERREIRA, Titular – ASMORAR; TARCÍZIO DINOÁ MEDEIROS, Suplente – IHG/DF.

MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado
Presidente em exercício